

POR UMA ATUALIZAÇÃO DO MÉTODO DA PESQUISA PARTICIPANTE NOS CONTEXTOS URBANOS GLOBALIZADOS¹

Jefferson Virgílio²

Resumo

Este artigo remete a reflexões produzidas após a realização de trabalho de campo sobre as manifestações estudantis portuguesas entre 2012 e 2013. Sugere a revisão e reconstrução de concepções metodológicas durante a execução do trabalho de campo em antropologia. Produz revisão teórica sobre a pesquisa e a militância na antropologia contemporânea enquanto profere diálogo com o observado em campo.

Palavras-chave: Metodologia de pesquisa. Teoria antropológica. Antropologia reflexiva.

Towards updating the participant observation method in urban globalized settings

Abstract

This article refers to reflections produced after conducting fieldwork about Portuguese student manifestations between 2012 and 2013. It suggests a revision and reconstruction of methodological preconceptions while performing fieldwork in anthropology. It puts forwards a theoretical review on research and activism in contemporary anthropology while promoting dialogue with the observed on the field.

Keywords: Research methodology. Anthropological theory. Reflexive anthropology.

Para una actualización del método de investigación participativa en los contextos urbanos globalizados

Resumen

Este artículo se refiere a las reflexiones producidas después de la realización del trabajo de campo sobre las manifestaciones estudiantiles portuguesas entre los años 2012 y 2013. Sugiere una revisión y reconstrucción de las preconcepciones metodológicas durante la ejecución del trabajo de campo en antropología. Genera una revisión teórica de la investigación y del activismo en la antropología contemporánea y articula con el campo observado.

¹ Para citar este artigo: VIRGÍLIO, Jefferson. Por uma atualização do método da pesquisa participante nos contextos urbanos globalizados. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.28, n. 1, p. 73-91, jan/jun, 2013 (Dossiê Temático). Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Graduado em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrando em antropologia social pela UFSC. E-mail: jv.ufsc@gmail.com.

Palabras clave: Metodología de la investigación. Teoría antropológica. Antropología reflexiva.

IN PRESS

INTRODUÇÃO

Vivemos em um ambiente que prima por ser globalizado, unificado, padronizado, e ao invés de desenvolver melhores condições de vida, e situações estáveis para a sociedade, acaba por provocar as denominadas crises, e as catástrofes.

Ambas as situações solicitam uma ou mais análises sociais que busquem identificar causas, explicações e tentativas de compreensão, e na medida do possível soluções para tais eventos. É possível, esperado e recomendado que o antropólogo, como cientista social que é, seja utilizado como analista nestas situações, permitindo ao mesmo a execução de uma de suas maiores características, que é a etnografia.

No entanto, realizar etnografia pode ser bastante complicado e peculiar, como os cenários inseridos em contexto de violências apresentados nas coleções de Greenhouse *et al* (2002) e de Nordstrom e Robben (1995), ou mesmo o observado por Marcus (1995, p. 97-98) com a sua sugerida etnografia multissitiada, conforme o terreno onde o antropólogo se insere. O espaço é assim identificado contemporaneamente, como um dos provocadores de alterações metodológicas no nível de pesquisa.

Situações de guerras, conflitos e confrontos militares, políticos e religiosos tendem a serem exemplos cruciais de campo onde o “modelo de prática etnográfica” necessitou ser adaptado (NORDSTROM; ROBBEN, 1995, p.4-6), seja por questões de sobrevivência, seja por questões teóricas de (idealizada) melhoria dos resultados em campo. O material aqui proposto pretende apresentar algumas reflexões sobre estas adaptações, enquanto apresenta o observado em campo.

Os movimentos sociais de protestos estudantis lisboetas apresentam significativo nível de confronto com as forças policiais, sendo que, em algumas das manifestações observadas, o contato físico entre as partes ocorre de fato, com perceptíveis danos corporais para os dois grupos envolvidos. Recordo ainda, que o contexto onde me identifiquei como pesquisador em antropologia para parte de meus interlocutores é precedido por uma tentativa de minha expulsão da manifestação pelos respectivos manifestantes, através do uso de força física e violência.

Acrescento que não foram poucas as pessoas interlocutoras as quais eu acabei por descobrir que foram presas ou hospitalizadas após confrontos com a PSP, com

algum destaque para as situações que envolveram encontros em frente à assembleia da república.

Pretexto assim, por dissertar sobre a temática, refletindo sobre a necessidade de existir maleabilidade nas “regras” e “práticas” antropológicas enquanto realizo trabalho de campo na forma de etnografia, e principalmente, nas construções a serem apresentadas após a realização do trabalho de campo, uma vez que tal revisão acabou por ser realizada durante a minha análise posterior dos dados construídos, sendo este texto resultado direto desta reflexão.

Não é suposto sugerir a alteração em definitivo das práticas antropológicas, tampouco sugerir que todo o terreno necessite de alterações drásticas de metodologia. No entanto, alerta-se para a ocorrência, em nível global, de inúmeros casos de conflito, confrontos em locais onde pode ser necessária (ou “convocada”), a intervenção (ou participação) do antropólogo e da antropóloga. Notadamente as representações coletivas denominadas movimentos e manifestações sociais.

Sejam as manifestações sociais estudantis, ou não, sejam movimentos sociais de protesto ou de apoio, podem acabar por ser o campo do antropólogo ou da antropóloga, tanto pela sua contemporaneidade, como pela ainda existente urgência de sua compreensão, ou até mesmo pela sua notável abertura para intervenção por parte do pesquisador (TOURAINÉ, 1990 p. 11-15).

Adami (2008, p.22-24) já havia esclarecido que, apesar de similares, podem ser necessárias novas escolhas e usos metodológicos, para contextos, em tese, relacionados. E esta sim, segundo Hugo Adami, a capacidade de perceber, e fazer uso de tais adaptações, é que de fato é “fazer etnografia”.

As práticas “clássicas” ou, comumente aceitas e utilizadas podem não ser suficientes para a plena execução da atividade etnográfica. E nestes casos, as alterações necessárias podem ser bastante “contrárias” a preceitos conhecidos e defendidos pelo “senso comum antropológico”.

Não é a proposta discutir se as crises e catástrofes mundialmente, ou regionalmente conhecidas, como as manifestações estudantis de Lisboa, são de fato reais ou falsas crises, ou se a sua dimensão corresponde ao informado e divulgado. Tampouco será questionar tal situação entre eventuais exemplos aqui citados.

O ambiente, assim como os seus agentes, é capaz de moldar os sujeitos que com ele interagem (BOURDIEU, 1990, p. 53). Esse sujeito, que sofre um possível processo

de “moldagem” pode ser tanto o sujeito de estudo do antropólogo como o próprio antropólogo. Ignorar essa capacidade, e possibilidade, de “ser afetado” do antropólogo, pelo seu campo de estudo, já é problemático em situações menos catastróficas de pesquisa, e pode ser crucial em um terreno que viva o momento de crise ou de confronto mais evidenciado.

SER AFETADO, ATIVISMO ANTROPOLÓGICO E TERRENOS SOB FOGO

Favret-Saada (2005, p.158-161) demonstra a urgência do antropólogo em estar ciente (e aberto) ao que denomina “ser afetado”, que pode vir a ocorrer em campo. Além do já proposto por Jeanne Favret-Saada, eu sugiro que o antropólogo ao definir sua metodologia de trabalho, considere que diferentes campos podem produzir diferentes níveis e tipos de influência sobre o antropólogo. Apenas “esperar” e “estar disponível” a influência do campo pode ser muito proveitoso como método de experiência, porém um “pouco” (mais) arriscado em terrenos com algum teor de violência. A abertura que Favret-Saada sugere pode (e deve) ser complementada por algo que busca o mesmo fim, mas por meio diferente. Marcus (1995, p.113-114) sugere que o antropólogo atue como “ativista” em determinadas situações, se assim identificar “melhor” retorno de resultados das práticas de campo.

O antropólogo, para George Marcus, ao realizar determinadas atividades de militância junto ao objeto de estudo, permite maior proximidade com o mesmo, podendo obter maior diversidade e quantidade de informações³ e novos valores de desenvolvimento em sua pesquisa. Enquanto que para Favret-Saada é a primazia pelo inesperado, que no fundo está sendo esperado, “inesperado” este que pode ser utilizado como forma de obter desenvolvimento adicional na pesquisa, ao mesmo tempo em que se desenvolve com novos valores como profissional pesquisador.

Saliento que Favret-Saada em seu texto defende que as duas ações estão relacionadas, o desenvolvimento na pesquisa não pode ocorrer se não houver

³ Deve ser desnecessário salientar que eventuais juízos de valor não são o escopo deste material.

desenvolvimento (e envolvimento) pessoal do pesquisador, sendo este realizado pelo fato de “ser afetado”.

Marcus e Favret-Saada argumentam que suas práticas, que compreendo como complementares e que podem ser utilizadas em conjunto, não são aplicáveis em qualquer local, por qualquer pesquisador, da mesma forma, e o convite à prática da mesma ocorre mais como sugestão, do que, efetivamente uma recomendação. Não se propõe mudar as práticas antropológicas, e sim, adaptá-las conforme o meio, pesquisador e momento vivido.

Percebo como as metodologias por Marcus e Favret-Saada são fundamentais no desenvolvimento de minhas conclusões sobre a pesquisa, a “abertura” para um maior envolvimento e participação junto aos manifestantes (como com todo um jogo de outros atores sociais) permitiu acesso a uma série de questões que eu jamais julguei, antes, existir, e que permitiram refletir sobre as situações vivenciadas em Lisboa. O segundo momento desta situação, a incentivada por Marcus, militância, pretende-se que seja visível após o término da leitura deste material.

A compilação organizada por Nordstrom e Robben (1995) é um acumulado de situações etnográficas “de risco”, em locais e com pessoas que, supostamente, podem ser um tanto quanto “pouco seguras” para o antropólogo. Quer para a sua própria vida, quer para a sua pesquisa. São terrenos, e com sujeitos, que não facilitam a prática etnográfica, propõem novos questionamentos à mesma, e dessa forma permitem a mesma se desenvolver para novas práticas, “evoluir” para novas aplicações, com metodologias, recursos e discursos que em muito podem diferenciar do esperado.

Este “salto” metodológico, que se torna “aceito” apenas em situações “especiais”, além de muito saudável para a manutenção da disciplina enquanto permanente (mas dinâmica) construção do saber, ainda permite demonstrar de um modo mais visível, a urgência de menor estruturação dos modos de trabalho de campo em antropologia.

Compreender de forma adequada estes “terrenos sob fogo” pode ser o maior desafio ao qual um antropólogo pode encontrar, principalmente quando o antropólogo é externo ao meio e possui toda uma concepção daquele meio construída previamente. Eu por exemplo acumulara as duas situações, uma vez que as minhas concepções incluíam me enxergar como externo ao grupo ao qual suscitava a minha pesquisa, além

de uma série de percepções errôneas a respeito do campo, dos sujeitos, dos interesses etc.

É preciso, portanto, além de desconstruir suas “percepções do mundo”, desconstruir “suas percepções teóricas e práticas”. Em determinados casos pode ocorrer necessidade de pouca adaptação, enquanto em outros, tudo o que até então era “conhecido”, cai por terra. Como já demonstrado no capítulo primeiro, os contextos de inserção ao campo podem provocar uma completa revisão teórica e metodológica. E em contextos mais singulares, notadamente, aqueles com algum nível de violência, e até onde percebo tal qual meu campo, além do observado por outros pesquisadores (DURÃO; SHORE, 2010), o discurso político é um agravante para a situação de revisão metodológica, e de inserção como pesquisador-participante (idem).

Não é, portanto, possível, viável, desejável ou recomendável realizar a tentativa de compreensão de contextos onde a violência está inserida de forma tão intrínseca no meio, e nos sujeitos que lá se relacionam com as teorias e práticas “convencionais”. Sugere-se que terrenos em um momento de crise ou em situação de catástrofe (sejam prévios, recentes ou atuais) necessitam de condições de trabalho de campo bastante singulares conforme cada caso.

A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: UMA NOVA CONFIGURAÇÃO

A questão central não está em listar ou identificar tais situações, ou as analisar a fundo por terceiros, e sim, ter a percepção de que este tipo de situação ocorre, e que o antropólogo deve estar preparado, teoricamente e metodologicamente para tal confronto. A academia, em complemento, deve também ser capaz de lidar com isto.

A etnografia que é realizada em terreno “problemático” não se resume “apenas” a coleta de dados, análise de dados e “reflexão teórica”. Além disto, é necessário adaptar, previamente e/ou “*on air*” tais momentos, e também perceber como os nativos percebem o fenômeno da violência, tanto em contextos externos, como em seus próprios contextos. Em alguns casos, como aqueles relatados por Nordstrom e Robben (1995) pode ser possível identificar que os próprios nativos se encontram

completamente desorientados quanto as suas próprias percepções do espaço onde vivem.

A situação de crise (ou catástrofe) muito mais do que mexer com os preceitos teóricos do antropólogo, transforma os valores e conhecimentos prévios dos nativos. O cotidiano inexistente, pois foi corrompido, abalado ou destruído devido à ocorrência da série de eventos. Identidades, valores, significados, esperanças e expectativas, projeções e padrões são perdidos ou desconstruídos.

O antropólogo então tem de estar ciente que não encontrará tais índices de modo “tão facilitado”, exposto ou evidente. É possível que não os encontre, ou que encontre uma versão disforme, alternativa ou inexistente em momentos prévios. É uma questão de posicionamento teórico do próprio antropólogo ao decidir se estes “novos” valores devem ser considerados, ou admitir que as sociedades estejam em constante transformação, ou mesmo, buscar (o improvável) resgate ao conhecimento dos valores identitários e sociais prévios⁴.

Mesmo conceitos e laços de união social nos quais são “naturalmente” bastante resistentes, como ligações familiares e de parentesco, ou relações organizadas por questões de crença e religião, podem perder sua efetividade, funcionalidade, ou mesmo deixar de existir ou de ser confiável em situações de instabilidade extrema. É possível, e esperado, que os sujeitos de estudo demonstrem que eles não sabem até quando, de que forma, como e em quem confiar, por exemplo.

Esta “barreira ao método antropológico”, pode ser comparada as dificuldades na realização das primeiras etnografias, por teóricos clássicos, como Malinowski, 1932, porém as dificuldades identificadas dificilmente entrariam no mesmo grau de complexidade. A situação atual está mais próxima de uma “breve atualização” do que de uma completa revisão, como já exposto nos parágrafos iniciais.

Um pesquisador que não se afirme e posicione como uma parte ativa, e presente, do grupo, nesses contextos é facilmente um dos primeiros laços a serem desfeitos pelas partes envolvidas. Uma vez que o “descarte” de parentes e amigos, que em suas palavras: “mais atrapalham do que ajudam, ao serem contra a participação em

⁴ Eu pessoalmente não acredito na viabilidade prática deste tipo de intervenção. Percebo que na maior parte dos casos, por uma infinidade de motivos, este tipo de resgate é idealizado a suposições que enxergam as transformações culturais e sociais, sejam individuais ou coletivas, como um desenvolvimento quase que linear, sem ramificações (ou desvios), e com agentes muito bem conhecidos, pontuais e independentes.

manifestações”, pelos mais diversos motivos podem ocorrer, o que dirá do antropólogo, que em muitos casos é quase que um alienígena, além de infiltrado e indesejado.

Em paralelo as dúvidas que as situações de crise, ou catástrofe, podem trazer aos grupos sociais, existem obviamente as necessidades de reconstrução, tanto dos valores e laços sociais, como da própria existência de cada indivíduo.

A inclusão (ou aceite) de agentes (em tese) externos ao grupo ocorre em momentos pontuais, de crise, e o aproveitar desta possibilidade de entrada, pelo antropólogo, que é permitida pelos sujeitos de estudo, não deveria ser alvo de contestação ou repúdio por aqueles que ousam querer praticar antropologia, notadamente por aqueles que não estiveram naquele campo. É sim, um claro chamado à autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1989, p.118-119). Você não sabe o que eu passei e o que eu vi, ouvi ou fiz lá.

Eu poderia reconstruir uma descrição mais detalhada do que eu acredito que aconteceu, tal qual Geertz (1973) ou Evans-Pritchard (1992, p.21-28), de modo a declarar como eu acredito que entrei em campo, mas principalmente “como eu fui aceito” pelos meus sujeitos de estudo. Mas eu compreendo que não existe um “entrar em campo”, ou um “sair de campo”. Estamos constantemente reforçando e fazendo a manutenção de nossa posição.

O etnógrafo, com pouca ou nenhuma experiência em situações de crise ou catástrofe, pode neste tipo de terreno identificar o modo como os nativos reconstróem seus valores, suas expectativas e seus modos de viver e saber, para orientar-se em sua reconstrução de práticas e métodos de trabalho de campo.

Em uma análise de grossa comparação, ao mesmo tempo em que os nativos perderam os seus “norteadores de funcionamento social” após e durante a situação de crise e catástrofe, o antropólogo perde os seus “norteadores de orientação teórica e metodológica para realização de trabalho de campo”. É uma oportunidade única e singular para desenvolver a capacidade de real adaptação e aprendizado perante o sujeito de pesquisa e o campo de estudo realizado.

É uma aplicação prática e real da antropologia que há muito fora esquecida. O antropólogo não deveria apenas saber “como descrever o outro”, tal qual uma grande parte de antropólogos sugerem (e defendem em seus discursos e práticas). O papel do

antropólogo é tentar, inutilmente, compreender os sistemas onde terceiros estão inseridos. A descrição é apenas um, dentre tantos, modos de tentar atingir esse saber. Alguns autores (Gellner, 1999: 3-5; Reynoso, 2007:136-140; Verde, 2010:266-267) já evidenciaram essa incapacidade dos antropólogos contemporâneos, em “efetivamente praticar antropologia” e na insistência em reduzir a disciplina a quase uma prática literária de descrição (fabricada) “do outro”. O “aprender o saber do outro” foi perdido. A “atualização do método de pesquisa” que proponho na verdade é uma tentativa de “resgate” deste valor.

APROXIMAÇÃO JUNTO AOS SUJEITOS DE ESTUDO

Além de todos os fatos já apresentados, existe ainda a questão, que facilmente pode ser tida como central por antropólogos que apoiem uma antropologia da intervenção social, sobre a ignorância do antropólogo daquilo que pode ou não ser realizado “a favor” do outro, que facilmente pode ser identificado como vulnerável ou em situação problemática.

É questionável se o antropólogo deve manter-se afastado e inerte a percepção que inevitavelmente terá de indivíduos inseridos em situação violenta. Se o meio for extremamente violento, agressivo ou impõe valores e práticas que agridam outros seres humanos, é papel do antropólogo, tanto como profissional, como pessoa intervir.

E poucos são os atores e agentes que possuem essa opção como realidade e não apenas na forma de desejo ou discurso. Fica então, a critério do antropólogo, optar ou não pela intervenção, enquanto possível e viável for, quer impeça ou não a realização de seu trabalho de campo.

Tentar entender a violência observada no trabalho de campo como “experiência do outro”, e se afastar da situação é um tanto quanto conveniente e, de fato mais “simples” de ser realizado. Antes de optar por tal posição, o antropólogo deve estar ciente dos impactos sociais que está se sujeitando, e principalmente, sujeitando terceiros a receberem, tanto agora, como posteriormente.

Respeitar a “diversidade”, ser “relativista” e manter a distância não se resume a ser cego aos eventos, ignora-los ou mesmo “aceitar tudo como se ocorre”. Não existe observação “mosca na parede”, toda observação é intervencionista, e se tal constatação

é óbvia, não faz sentido alegar que não intervém para “reduzir, poupar ou eliminar o fator intervencionista da análise”.

O que de fato ocorre é, uma fraqueza e incapacidade do antropólogo, em dados casos, de intervir por receio a críticas posteriores ou por de fato não se identificar com os problemas dos outros. A primazia ainda pode ser para a academia, mesmo quando se “considera” a “existência do outro” no “cálculo de ponderações” do que, quando, como e por quem fazer.

Acaba-se por enxergar o grupo analisado da mesma forma que um químico analisa um composto orgânico. O campo é seu laboratório. A etnografia é seu método. Ignora apenas que o químico tem ciência que sua análise provoca intervenção no composto químico, e tenta calcular os impactos e os reduzir, porém a posterior de seu trabalho pode, e provavelmente tentará resolver problemas, quer seja para si, quer seja para (a análise de) um composto.

O antropólogo que ignora a sua capacidade e o seu poder de intervenção e influência não passa de um garoto com um kit de química que brinca em sua garagem. Não é um “cientista”, seja lá, a definição que queira ter e ser do termo.

Esta intervenção pode ocorrer no formato de algo mais “disfarçado”, com reconhecimento mais acelerado, tal qual algum retorno para as partes envolvidas, como o trabalho de Paulo Granjo (1994; 2004), ou ocorrer como algo mais “explicitado”, porém com resultados, bastante “atrasados” e distribuído.

Em ambos os casos, a principal preocupação dos pesquisadores remete a determinadas situações (indesejadas) que podem acabar por provocar nos sujeitos de estudo no intervalo de tempo que existe entre a publicação do material e a efetiva ação de um agente externo e superior (Estado) na causa raiz do problema. O antropólogo deve ter noção do tipo de impacto, e do atraso de seus efeitos, que provocará ao agir “por terceiros” ou em conjunto com eles.

PERDA (OU FIM) DO CAMPO OU DOS SUJEITOS DE ESTUDO

A pesquisa realizada em campo que se encontra em situação de risco possui outro fato, este sim, de esperado, prévio conhecimento dos antropólogos: O risco de

extinção de seu objeto de estudo. Quando a discussão antropológica poderia remeter à denominada “antropologia da salvação”, que de fato foi praticada por antropólogos como Alfred Kroeber (1925) era comum à chamada a possível extinção do objeto de estudo.

O que ocorre no trabalho em terreno com situação de crise, assim como as manifestações sociais, que são desejadas como temporárias e idealizadas como termináveis em sua própria função primária, é similar, mas não limitado apenas ao “futuro objeto de estudo” e sim, “alargado” para a pesquisa corrente.

Além do risco iminente de a situação de crise, catástrofe, guerra, conflito ou confronto atingir maior desenvolvimento, possibilitando a destruição total do campo de estudo, e por consequência de boa parte dos sujeitos de estudos, existem outros “limitadores” que o antropólogo pode se deparar, desde remoção de seu acesso ao campo, perda de contatos chave, etc.

Para evitar e contornar esses incidentes, o que é realizado pelo antropólogo, nesse tipo de ambiente, é a redução temporal, tanto de sua pesquisa, como de seu convívio com os nativos. Uma aceleração é imposta em seu método de trabalho, a fim de evitar ou reduzir a possibilidade de o mesmo ser interrompido antes de estar finalizado.

Para o meu caso específico, alguns atenuantes são identificados, desde sujeitos que apenas aceitavam “conversar” durante as manifestações a indivíduos que eram presos ou hospitalizados. Para o primeiro caso, há todo um conjunto de “dificuldades” imposto em tentar realizar um diálogo, entrevista ou conversa durante uma manifestação, tanto no que repercute a recursos disponíveis, como a interferências de ordem externa (e interna). Já para o caso de sujeitos presos e/ou hospitalizados, remete facilmente para a perda de contato, sendo que não raro é a interrupção de uma comunicação que acabara de atingir algum avanço, mínimo.

E o fato do antropólogo, ainda se manter em sua situação, quer admita ou não, posição (e status) diferenciada perante os nativos, e de fato, privilegiada, não permite ao pesquisador obter as mesmas percepções sobre a violência que os nativos são supostos de possuir. Com uma ou duas ligações telefônicas, e em poucas horas, o antropólogo está fora do campo, e em segurança no conforto de sua academia.

Eu, se assim desejasse, abandonava a manifestação e simplesmente voltava para casa. Para todos os efeitos, eu ainda poderia “convocar” a minha identidade de

estudante estrangeiro e dizer que nada sabia sobre a manifestação e que mal conhecia Lisboa. Repare que não é tão somente uma questão de autoridade, e sim de alteridade no que repercute o distanciamento antropólogo e nativo. Quase que independente do contexto.

O nativo, não possui essa singular capacidade de “deslocamento da situação de violência”. Nos exemplos apresentados por Nordstrom & Robben, por exemplo, são raros os autores que problematizam esta situação, porém não podem, e de fato não abririam mão deste “privilégio” por uma “melhor antropologia”. Até porque não se tem qualquer garantia de que se obtenha uma “melhor antropologia”, ou qualquer antropologia, com antropólogos mortos, presos, hospitalizados, deportados ou com risco de morte.

A questão envolvendo a alteridade entre o antropólogo (na figura “daquele que faz a pesquisa”), e o nativo (na figura “daquele que é a pesquisa”) é identificável no discurso crítico de alguns teóricos brasileiros (RAMOS, 2007, p.8-10; RIBEIRO, 2006 p.152-154) quando expressam a preocupação sobre uma antropologia que prima pelo estudo do exótico. Compreendo que o desenvolvimento que este protagonismo de recorte de pesquisa projeta não é de todo positivo no que tange o alargamento da perspectiva antropológica. Não somente não deve o antropólogo cair na armadilha da tentação de “pesquisar somente, ou primariamente, o exótico”, como deve ser capaz de problematizar as situações tidas como “familiares”.

Tanto Ramos (2007), como Ribeiro (2006) sugerem como “antropologias periféricas”, não-hegemônicas, as quais, incluem aquelas realizadas por antropólogos e antropólogas “nativos” emergem cada vez mais e permitem o alcançar de novas perspectivas de análise. Esta emancipação de uma prévia “dependência” (de capacidade de análise crítica) do antropólogo enquanto “outro”⁵ é esclarecedora sobre a pertinência da não redução da metodologia a ser utilizada em campo pelo pesquisador.

Não somente a metodologia do trabalho de campo não pode ser restrita a padrões canônicos (VIRGÍLIO, 2013, p.11-13), como o nível de alteridade, e os interesses pessoais, entre pesquisador e pesquisado não podem ser fixos e imutáveis. Para o meu

⁵ A inversão de posição relativa para o “outro” é intencional.

campo específico, tanto a metodologia que primo por defender, onde o antropólogo é parte da pesquisa, como instrumento, e como fonte de informação (em diálogo com Wall, 2006 e Cohen, 1992), como a identificação (e posicionamento do antropólogo) se mostram flutuantes. Saio da situação de “pesquisador estrangeiro, invasor e estranho, na manifestação” para “estudante militante, que é parte, dita como crucial e ativa, no movimento”.

Um primeiro desenvolvimento permite sugerir que este deslocamento não deve se reduzir ao “estar em campo” e “estar analisando o campo”, e sim remetendo a algo na linha de “ser capaz de analisar o campo a partir de múltiplas perspectivas e posições, ora como pesquisador, ora como sujeito de estudo, ora como pesquisador que é sujeito de estudo”.

Ocorre ainda, um segundo deslocamento, onde o antropólogo além de praticar o deslocamento epistemológico, pratica um deslocamento de funcionalidade. É preciso ter em consideração que cada antropólogo ou antropóloga atingirá diferentes pontos de vista, e diferentes pontos de contato com o campo e com os atores ali existentes.

Esses diferentes posicionamentos/pontos de vista, uma vez alternados pelo analista social permitem traçar os primeiros rascunhos de um traço de vista, que permitirá uma análise mais “ampla” do observável em campo.

O deslocamento de funcionalidade se torna perceptível quando o pesquisador problematiza as relações que constrói com o campo. Notadamente tendo em conta que estas relações são variáveis com cada “identidade” de pesquisador ou pesquisadora.

Esta situação, em meu campo, se torna visível quando questiono a singularidade de minha situação acadêmica em Portugal, visto, por exemplo, que eu assistia às aulas em duas universidades diferentes, e parte das reflexões que atingi foram possíveis após o contato com os docentes destas “turmas adicionais”.

ANTROPÓLOGOS “NATIVOS”

Um modo levemente “eficaz” de contornar a situação envolvendo a limitação de acesso ao campo, pelas particularidades desse, é quando o próprio antropólogo é residente ou originário da situação, ou encontra-se em situação, em tese, próxima a do nativo. Esclareço que ter vivido 2-3 anos da infância, ou ser bisneto de um suposto nativo não torna o antropólogo nativo, como alguns “antropólogos nativos” gostam de

se afirmar. E viver antes da situação de crise, acompanhar a mesma à distância por 2-3 anos, e depois resolver fazer campo, já com toda uma invenção histórica carregada na mente não é tampouco de grande valia.

A pertença a uma classe social (ou casta) infinitamente superior ao corpo (ou parte do corpo) de sujeitos de estudo também não é uma mais valia. Toda essa pré-construção de valores e conceitos sobre o campo tem de ser removida⁶. Esta noção de identidade, “muito bem definida, clara, e ancorada a partir de um número reduzidíssimo de pontos” é criticada, e entendo que superada, pela noção de intelectuais cosmopolitas de Appiah (1996), na qual o autor sugere não somente uma identidade que transcende um eventual ponto de pertença, como permite a reflexão sobre uma pertença múltipla, tal qual a que eu observo quando transito de “pesquisador brasileiro que é infiltrado” para “estudante de ciências humanas que é integrado”.

Acreditar (previamente) que possui valores compatíveis aos dos nativos somente piora a situação. Um antropólogo externo, ciente que não possui tais valores, e que tente os conhecer é de mais valia que um antropólogo automaticamente declarado, por si, como “nativo” e que deduz ser um profundo conhecedor daqueles que estuda. Alguns exemplos podem ser encontrados na coletânea organizada por Jackson (1987), especialmente na construção de múltiplas identidades comportamentais que Mascarenhas-Keyes com tanto orgulho e satisfação apresenta (1987). Uma segunda leitura que contribui neste sentido é Narayan (1997), por fornecer clara crítica aos supostos “antropólogos nativos”, remetendo, como método “paliativo”, a utilização de “reais nativos” como informantes, mais ou menos nos moldes do demonstrado por Turner com seu interlocutor Muchona (1970).

O “antropólogo nativo”, quando de fato o é, possui alguns diferenciais perante antropólogos externos, que tanto podem ser positivos, como negativos, e não necessariamente esses positivos e negativos sejam universais. Cada meio propicia e

⁶ Refiro-me a Mysore Narasimhachar Srinivas, Edward Said e todo o conjunto de antropólogos autodeclarados e/ou “tidos como nativos”. Notadamente aqueles que utilizam de sua “natividade” como discurso legitimador de suas conclusões. Note que, neste material, eu não critico a restrição de campo, ou o protagonismo de pesquisa a “nativos”. A crítica reduz-se a avaliar determinadas conclusões (da pesquisa, tidas como científicas) por critérios tidos como de pertença e/ou identidade.

impede determinadas ações, comportamentos e análises que não necessariamente correspondam ao observado em outros campos ou situações de conflito.

Para o meu caso específico, ser estudante (e pesquisador) é um valor positivo, e reconhecido por todos. E em um contexto político de disputa, onde a palavra tem poder, observei interesse de meus interlocutores em falar com alguém que passasse a frente aquelas informações transmitidas ao pesquisador.

Observei em que a escolha das lideranças dos movimentos se dividia basicamente entre falar com pesquisadores ou com repórteres. Percebi que eu era visto como uma boa opção de interlocutor para muitos manifestantes porque os demais pesquisadores que encontrei em campo eram externos à faculdade, e principalmente, mais velhos, e que repórteres eram vistos como suspeitos e sobre os quais os manifestantes tinham sérias restrições sobre o que eles “queriam ouvir” e ao que, como e onde “é publicado”. Assim minha posição de antropólogo brasileiro e jovem me permitia ter uma escuta privilegiada no campo dos movimentos sociais portugueses.

O “antropólogo nativo” deve ter ciência de sua situação singular, e realizar todo o seu trabalho com tal referência clara e definida. Alguns autores abordam essa temática, nomeadamente no contexto da antropologia urbana, pois é o meio comum de origem de muitos antropólogos ocidentais (e não da zona rural ou selvagem, por razões óbvias).

Variados identificadores de dificuldade de realização de etnografia em “terreno conhecido” podem ser encontrados em Strathern (1987), os quais não se resumem a antropologia urbana. Já, no campo da antropologia urbana, especialmente para o contexto brasileiro, porém com possibilidade real de adaptação para nativos de outros campos, Gilberto Velho (2002), acompanhado de outros teóricos (CARDOSO, 1986; DAMATTA, 1987; DURHAM, 1984; MAGNANI, 1984; VELHO, 1979) demonstra algumas características de tal prática (etnografia urbana) e a pertinência deste recorte de pesquisa na prática antropológica que se evidencia na discussão da teoria antropológica brasileira durante as décadas de 70 e 80.

Eu retorno que nem toda a situação de crise, ou catástrofe, pode ser “deduzida” ou identificada previamente pelo antropólogo. É possível que em determinado contexto, para determinada situação, com determinada rede de interlocutores, ocorra situação de crise, catástrofe com o antropólogo, ou pelo fato do mesmo estar demonstrando tentativa ou resistência de ingresso no grupo estudado.

Uma situação muito particular deste tipo é demonstrada no estudo de caso de Adami (2008) entre os Hare Krshina, quando o pesquisador ao tentar se inserir no grupo (no exemplo espanhol), de forma apenas “parcial”, não é bem visto por parte do grupo, e, portanto é condicionado a determinados comportamentos por imposição e uso de força física. Curiosamente, quando realizou “similar ação” no Brasil, o comportamento havia sido diferente, logo, não esperava tal comportamento no cenário espanhol.

Para o meu caso, como já explicitado, eu nem mesmo esperava realizar esta pesquisa, naquele momento, naquele contexto, e naquelas condições. O aparato de suporte teórico mais especializado que me acompanhava, em muito era distante do que eu levaria para “trabalhar com movimentos sociais estudantis”. Tenciono afirmar que não teria atingido as mesmas conclusões, e principalmente não sei se tomaria as mesmas posições, se tivesse chego (a campo) de outra maneira e com outro conjunto de teorias e metodologias.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Vitor Hugo (2008). Etnografias como métodos e dados de pesquisas: as experiências etnográficas que atravessam os movimentos Hare Krshina brasileiro e espanhol. In: BLANES, Ruy Llera; CANTÓN, Manuela; CORNEJO, Mónica. **Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión**. Gipuzkoa: Ankulegi Editorial, p. 21-38.

APPIAH, Kwame Anthony (1996). Cosmopolitan patriots. In: NUSSBAUM, Martha C. (Ed.) **For love of country: Debating the limits of patriotism**. Boston: Beacon Press, p. 21-29.

BOURDIEU, Pierre (1990). **The logic of practice**. Stanford: Stanford University Press.

CARDOSO, Ruth (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: _____ (org.), **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CLIFFORD, James (1983). On ethnographic authority. In: **Representations**. N. 2, p. 118-146.

COHEN, Anthony (1992). Self-conscious anthropology. In: CALLAWAY, Helen; OKELY, Judith. **Anthropology and autobiography**. London: Routledge, p. 221-241.

DAMATTA, Roberto (1987). **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara.

DURÃO, Suzana; SHORE, Cris (2010). From a political anthropology to an anthropology of policy: interview with Cris Shore. In: **Etnográfica**. Vol. 14. Num. 3. Lisboa: Cria.

DURHAM, Eunice (1984). **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva.

EVANS-PRITCHARD, Edward (1992). **Los Nuer**. Barcelona: Editorial Anagrama.

FAVRET-SAADA, Jeanne (2005). Ser afetado. In: **Cadernos de campo**. São Paulo, v. 13, Nº 13, p. 155-161.

GEERTZ, Clifford (1973). **The interpretation of cultures**: selected essays. New York: Basic Books.

GELLNER, Ernest (1999). **Language and solitude**: Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg dilemma. New York: Cambridge University Press.

GRANJO, Paulo (2004). **Trabalhamos sobre um barril de pólvora**: apropriações e factores sociais do perigo, numa refinaria portuguesa. Lisboa.

GRANJO, Paulo (1994). **Visões do sindicalismo**: trabalhadores e dirigentes. Lisboa: Cosmos.

GREENHOUSE, Carol; MERTZ, Elizabeth & WARREN, Kay (orgs.) (2002). **Ethnography in unstable places**: everyday lives in contexts of dramatic political change. Durham, North Carolina: Duke University Press.

JACKSON, Anthony (org.) (1987). **Anthropology at home**. London: Tavistock.

KROEBER, Alfred (1925). **Handbook of the Indians of California**. California: Government Printing Office of United States.

MAGNANI, José Guilherme (1984). **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense.

MALINOVSKI, Bronislaw (1932). **Argonauts of the western pacific**: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: Routledge.

MARCUS, George (1995). Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. In: **Annual review of anthropology**, v. 24, p. 95-117.

MASCARENHAS-KEYES, Stella (1987). The native anthropologist: constraints and strategies in research. In: JACKSON, Anthony (org.) **Anthropology at home**. London: Tavistock, p. 180-95.

NARAYAN, Kirin (1997). How native is a 'native' anthropologist? In: LAMPHERE, L.; RAGONÉ, H. & ZAVELLA, P. (orgs.) **Situated lives: gender and culture in everyday life**. New York: Routledge, p 23-41.

NORDSTROM, Carolyn e ROBBEN, Antonious (orgs.) (1995). **Fieldwork under fire: contemporary studies of violence and survival**. Berkeley: University of California Press.

RAMOS, Alcida Rita (2007). Do engajamento ao desprendimento. In: **Série antropologia**. Vol. 414. Brasília: UNB.

REYNOSO, Carlos (2007). El lado oscuro de la descripción densa – diez años después. In: **Anthropologika: revista de estudio e investigaciones en antropología**. Centro de estudios e investigación en antropología. Arequipa. p. 136-193.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2006). Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 21, N.60, p. 147-165.

STRATHERN, Marilyn (1987). The limits of auto-anthropology. In: JACKSON, Anthony. **Anthropology at home**. London: Tavistock, p. 16-37.

TOURAINÉ, Alain (1990). **Movimientos sociales de hoy: actores y analistas**. Barcelona: Hacer Editorial.

TURNER, Victor (1970). Muchona the hornet, interpreter of religion. In: **The forest of symbols**. New York: Cornell University Press, p. 131-150.

VELHO, Gilberto (2002). **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

VELHO, Otávio (org.) (1979). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar.

VERDE, Filipe (2010). Tambores de mortos? Sobre um estudo etnográfico da democracia em Ilhéus, a antropologia feita em casa e a falácia do apelo à crença. In: **Anuário antropológico (2009)**. Vol. 1.

VIRGÍLIO, Jefferson (2013). Diferenças entre discurso e prática: implicações para a prática etnográfica. Apresentado na **X Reunião do Mercosul de antropologia (X RAM)**. Córdoba.

WALL, Sarah (2006). An autoethnography on learning about autoethnography. In: **International journal of qualitative methods**. Vol. 5, N. 2, Alberta, p. 1-12.